

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ

# PROCESSO PENAL

9<sup>a</sup> edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiárias:* Ana Amália Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Ade' Nasser

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felicio, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfouri

*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Adaptação de capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araújo e Rodrigo Araújo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

**Badaró, Gustavo Henrique**

Processo penal / Gustavo Henrique Badaró. -- 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-905-5

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Título.

21-68876

CDU-343.1

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Processo penal : Direito penal 343.1

Cibele Maria Dias - Bibliotecária CRB-8/9427

# Sumário

Dedicatória .....	5
Agradecimentos.....	7
Apresentação .....	9
Nota do Autor à Nona Edição .....	11
Nota do Autor à Oitava Edição.....	13
Nota do Autor à Sétima Edição .....	15
Nota do Autor à Sexta Edição.....	17
Nota do Autor à Quinta Edição .....	19
Nota do Autor à Quarta Edição .....	21
Nota do Autor à Terceira Edição .....	23

## **Capítulo 1** **Garantias processuais e o sistema acusatório**

1.1. Princípios processuais penais .....	45
1.2. A Convenção Americana de Direitos Humanos e as garantias processuais.....	45
1.3. Garantia do juiz independente e imparcial .....	50
1.4. Garantia do juiz natural .....	56
1.5. Garantias do contraditório e ampla defesa .....	62
1.6. Garantia da igualdade de partes .....	67
1.7. Garantia do estado de inocência .....	69
1.8. Garantia da motivação .....	74
1.9. Garantia da publicidade.....	82
1.10. Garantia do duplo grau de jurisdição .....	85
1.11. Garantia do processo no prazo razoável .....	89
1.12. Garantia do devido processo legal.....	98
1.13. A regra da proporcionalidade e as garantias processuais .....	100
1.14. Sistemas processuais: processo penal acusatório e inquisitório .....	108
1.14.1. Características .....	108
1.14.2. A essência do processo penal acusatório .....	109
1.14.3. Processo acusatório e iniciativa probatória do juiz .....	109

## **Capítulo 2** **Lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação**

2.1. A lei processual penal no tempo .....	113
2.1.1. Normas processuais penais puras e mistas e o direito intertemporal.....	115
2.1.2. Direito intertemporal: problemas específicos .....	120
2.1.2.1. Normas sobre procedimento .....	120
2.1.2.2. Normas sobre prova .....	121
2.1.2.3. Normas sobre recursos .....	122
2.1.2.4. Normas sobre prisão e liberdade .....	126
2.2. A lei processual penal no espaço .....	127
2.3. Interpretação da lei processual penal .....	130

## 26 PROCESSO PENAL

### Capítulo 3 Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar

3.1.	Noções	135
3.2.	Inquérito policial: finalidade .....	136
3.3.	Inquéritos extrapoliciais .....	137
3.4.	Natureza jurídica e características .....	138
3.5.	Dispensabilidade do inquérito .....	142
3.6.	Âmbito de atuação da autoridade policial .....	143
3.7.	Início do inquérito policial .....	146
3.8.	<i>Notitia criminis</i> : conceito e espécies .....	150
3.9.	Diligências.....	150
3.10.	Identificação criminal .....	155
3.11.	Indiciamento .....	158
3.12.	Incomunicabilidade do preso .....	160
3.13.	Término do inquérito policial .....	161
3.14.	Arquivamento do inquérito policial.....	163
3.15.	Vícios do inquérito policial.....	166
3.16.	Valor probatório.....	167
3.17.	Investigação pelo Ministério Público .....	169
3.18.	Investigação pela defesa .....	172
3.19.	“Juiz das Garantias” .....	175
3.19.1.	Separação das fases da persecução penal: competência funcional.....	176
3.19.2.	Função e momento de atuação .....	178
3.19.3.	● rol de competências .....	180
3.19.4.	Do impedimento para atuar na fase de instrução e julgamento da causa .....	185
3.19.5.	Separação dos autos da investigação e dos autos do processo .....	186
3.20.	Acordo de não persecução	188

### Capítulo 4 Ação penal

4.1.	Noções gerais sobre o direito de ação .....	199
4.1.1.	Teorias imanentistas do direito de ação.....	199
4.1.2.	Teorias (autonomistas) concretas do direito de ação.....	200
4.1.3.	Teorias (autonomistas) abstratas do direito de ação.....	200
4.1.4.	Teoria da ação de Liebman .....	201
4.2.	Condições da ação penal.....	202
4.2.1.	Possibilidade jurídica do pedido .....	203
4.2.2.	Interesse de .....	206
4.2.3.	Legitimidade de partes.....	207
4.2.4.	Justa causa para a ação penal .....	209
4.2.5.	Carência da ação: distinção entre condições da ação e mérito.....	217
4.3.	Classificação da ação penal .....	224
4.3.1.	Classificação quanto à forma de tutela jurisdicional pleiteada .....	224
4.3.2.	Critério subjetivo de classificação .....	226
4.3.3.	Determinação da espécie de ação penal .....	227
4.3.4.	Razão de ser das espécies de ação penal .....	229
4.3.5.	Características fundamentais das espécies de ação penal.....	229
4.4.	Ação penal pública incondicionada .....	230
4.4.1.	Noções .....	230
4.4.2.	Princípios .....	230

4.5.	Ação penal pública condicionada à representação do ofendido .....	231
4.6.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	234
4.7.	Ação penal de iniciativa privada.....	235
4.7.1.	Princípios .....	235
4.7.2.	Queixa .....	236
4.8.	Extinção da punibilidade relacionada com a ação penal .....	238
4.8.1.	Decadência.....	238
4.8.2.	Renúncia ao direito de queixa.....	238
4.8.3.	Perdão do ofendido.....	239
4.8.4.		240
4.9.	Denúncia ou queixa .....	242
4.9.1.	Requisitos da denúncia ou queixa .....	242
4.9.1.1.	Exposição do fato com todas as circunstâncias.....	242
4.9.1.2.	Qualificação do acusado.....	244
4.9.1.3.	Classificação do crime.....	245
4.9.1.4.	Rol de testemunhas..	246
4.9.1.5.	Elementos autenticativos..	246
4.9.2.	Aditamento da denúncia.....	247

## Capítulo 5 Ação civil *ex delicto*

5.1.	Noções	251
5.2.	Restituição, resarcimento, reparação e indenização.....	251
5.3.	Ação penal e ação civil <i>ex delicto</i> .....	252
5.4.	Sentença penal condenatória e seus efeitos civis.....	254
5.5.	Sentença condenatória e o responsável civil.....	256
5.6.	Sentença penal condenatória e a responsabilidade civil solidária.....	257
5.7.	Rescisão do julgado penal .....	259
5.8.	Efeitos civis da absolvição penal .....	259
5.8.1.	Absolvição por excludentes de ilicitude .....	262
5.8.1.1.	Legitima defesa .....	262
5.8.1.2.	Estado de necessidade .....	263
5.8.1.3.	Estrito cumprimento do dever legal.....	264
5.8.1.4.	Exercício regular de direito .....	264
5.9.	Vinculação da absolvição e contraditório.....	265

## Capítulo 6 Competência

6.1.	Noções	269
6.2.	Concretização da competência .....	271
6.3.	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento . .....	275
6.4.	Critérios de distribuição de competência .....	277
6.4.1.	Competência pelo lugar da infração .....	282
6.4.2.	Competência pelo domicílio ou residência do réu e a competência pelo domi- cílio da vítima .....	286
6.4.3.	Competência pela prevenção.....	289
6.4.4.	Competência pela natureza da infração .....	291
6.4.5.	Competência pela distribuição .....	292
6.4.6.	Competência por prerrogativa de função.....	295

## 28 PROCESSO PENAL

6.5.	Prorrogação da competência.....	299
6.5.1.	Noções preliminares.....	299
6.5.2.	Prorrogação de competência: conceito e espécies.....	301
6.5.3.	Conexão .....	303
6.5.4.	ContinênciA.....	306
6.5.5.	Efeitos da conexão e da continênciA .....	307
6.5.6.	Dos critérios de definição do foro prevalecente .....	311
6.5.7.	Desaforamento .....	316
6.5.8.	Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal, em crimes que violam direitos humanos.....	316
6.6.	Disposições especiais sobre competência.....	317

### Capítulo 7 Sujeitos processuais

7.1.	Juiz .....	325
7.1.1.	Dos impedimentos e incompatibilidades dos juízes.....	326
7.1.1.1.	Hipóteses de impedimentos .....	326
7.1.1.2.	Hipóteses de incompatibilidades.....	330
7.1.1.3.	Procedimento.....	331
7.1.1.4.	Efeitos.....	332
7.1.2.	Suspeição do juiz .....	332
7.1.2.1.	Hipóteses de suspeição.....	332
7.1.2.2.	Abstenção do juiz .....	334
7.1.2.3.	Atos do juiz suspeito .....	334
7.1.2.4.	Suspeição dos jurados .....	335
7.2.	Peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça.....	335
7.3.	Ministério Público .....	336
7.3.1.	Natureza jurídica .....	336
7.3.2.	Parte interessada ou “parte imparcial” .....	337
7.3.3.	Princípios do Ministério Público .....	339
7.3.4.	Impedimentos do Ministério Público .....	340
7.4.	Autoridade policial .....	341
7.5.	Acusado .....	342
7.5.1.	Questões terminológicas .....	342
7.5.2.	Pessoa jurídica .....	342
7.5.3.	A autodefesa do acusado .....	343
7.5.4.	Revelia do acusado .....	344
7.6.	Defensor .....	344
7.6.1.	Defesa técnica .....	344
7.6.2.	Finalidade da defesa .....	344
7.6.3.	Aspectos terminológicos .....	344
7.6.4.	Defesa técnica necessária, indisponível e efetiva .....	345
7.6.5.	Momento inicial da defesa técnica .....	346
7.7.	Curador .....	347
7.7.1.	Finalidade .....	347
7.8.	Assistente de acusação .....	348
7.8.1.	Finalidade .....	349
7.8.2.	Cabimento.....	350
7.8.3.	Momento.....	351
7.8.4.	Legitimados.....	351

7.8.5.	Poderes do assistente .....	354
7.8.6.	O assistente e a testemunha .....	355

**Capítulo 8**  
**Questões e processos incidentes**

8.1.	Questões e processos incidentes .....	361
8.2.	Questões prejudiciais.....	362
8.2.1.	Noções .....	362
8.2.2.	Classificações .....	363
8.2.3.	Questões prejudiciais sobre estado das pessoas .....	365
8.2.4.	Questões prejudiciais diversas do estado das pessoas .....	367
8.2.5.	Legitimados .....	369
8.2.6.	Momento de arguição .....	369
8.2.7.	Recurso .....	370
8.3.	Da exceção de suspeição e da alegação de impedimento e incompatibilidade .....	370
8.3.1.	Exceção de suspeição .....	371
8.3.1.1.	Abstenção do juiz .....	371
8.3.1.2.	Legitimados .....	371
8.3.1.3.	Momento da arguição .....	372
8.3.1.4.	Procedimento .....	373
8.3.1.5.	Exceção de suspeição dos jurados .....	375
8.3.1.6.	Exceção de suspeição do representante do Ministério Público .....	375
8.3.1.7.	Exceção de suspeição dos peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça .....	376
8.3.1.8.	Suspeição da autoridade policial .....	376
8.3.2.	Da alegação de impedimentos e incompatibilidades .....	377
8.3.2.1.	Procedimento .....	377
8.4.	Da exceção de incompetência .....	377
8.4.1.	Hipóteses de incompetência .....	378
8.4.2.	Abstenção do juiz .....	378
8.4.3.	Legitimados .....	379
8.4.4.	Momento da arguição .....	379
8.4.5.	Procedimento .....	380
8.5.	Exceção de litispendência e de coisa julgada .....	381
8.5.1.	Distinção .....	381
8.5.2.	Legitimados .....	383
8.5.3.	Momento de arguição .....	383
8.5.4.	Procedimento .....	384
8.5.5.	Recurso .....	384
8.6.	Exceção de ilegitimidade de parte .....	385
8.6.1.	Cabimento .....	385
8.6.2.	Legitimados .....	386
8.6.3.	Momento de arguição .....	386
8.6.4.	Procedimento .....	387
8.6.5.	Recurso .....	387
8.7.	Da restituição das coisas apreendidas .....	388
8.7.1.	Das coisas que podem ser apreendidas e restituídas .....	388
8.7.2.	Legitimados .....	389
8.7.3.	Momento .....	390
8.7.4.	Quem pode determinar a restituição da coisa apreendida .....	390

## **30 PROCESSO PENAL**

8.7.5.	Requisitos.....	390
8.7.6.	Procedimento.....	392
8.7.7.	Destino das coisas não restituídas.....	394
8.7.8.	Natureza jurídica.....	395
8.8.	Incidente de falsidade documental .....	396
8.8.1.	Cabimento.....	396
8.8.2.	Legitimados.....	398
8.8.3.	Momento.....	399
8.8.4.	Procedimento .....	399
8.9.	Incidente de insanidade mental .....	401
8.9.1.	Cabimento.....	401
8.9.2.	Legitimados .....	402
8.9.3.	Momento .....	402
8.9.4.	Procedimento .....	403
8.9.5.	Resultado do laudo .....	405

### **Capítulo 9 Comunicação dos atos processuais**

9.1.	Atos de comunicação processual .....	411
9.2.	Citação.....	411
9.2.1.	Noções gerais e espécies de citação.....	411
9.2.2.	Citação por mandado .....	412
9.2.3.	Citação por edital .....	418
9.2.4.	Citação com hora certa .....	421
9.2.5.	Citação e revelia.....	422
9.2.6.	Vícios da citação .....	424
9.3.	Intimação.....	425

### **Capítulo 10 Da prova**

10.1.	Teoria geral da prova .....	429
10.1.1.	Noções preliminares.....	429
10.1.2.	Processo penal, prova e verdade .....	430
10.1.3.	Conceitos e significados sobre a prova.....	435
10.1.4.	Meios de prova e meios de obtenção de prova.....	436
10.1.4.1.	Meios de prova .....	438
10.1.4.2.	Meios de obtenção de prova .....	439
10.1.5.	Prova atípica e prova anômala .....	440
10.1.6.	Das provas pré-constituídas e provas constituendas: diferenças quanto ao regime do contraditório.....	442
10.1.7.	Prova emprestada .....	445
10.1.8.	Objeto da prova .....	449
10.1.9.	Momentos probatórios .....	450
10.1.10.	Os critérios lógicos de admissibilidade das provas.....	452
10.1.11.	Provas ilícitas.....	455
10.1.11.1.	Provas ilícitas e provas ilegítimas: distinções .....	455
10.1.11.2.	Uma nova proposta de conceituação das provas ilícitas.....	457
10.1.11.3.	Prova ilícita por derivação .....	463
10.1.12.	Prova por videoconferência .....	464

10.1.13.	Sistemas de valoração da prova .....	469
10.1.13.1.	O valor dos elementos informativos do inquérito policial .....	471
10.1.13.2.	O valor dos elementos não produzidas em contraditório: corroboração .....	473
10.1.13.3.	Exceções ao contraditório: as provas cautelares, antecipadas e irrepetíveis .....	476
10.1.14.	Critérios de decisão: o problema dos <i>standards probatórios</i> .....	479
10.1.14.1.	Noções gerais .....	479
10.1.14.2.	As críticas ao <i>standard</i> de prova “além da dúvida razoável” .....	482
10.1.14.3.	Propostas alternativas ao <i>standard</i> de prova “além da dúvida razoável” .....	485
10.1.15.	Ônus da prova .. ....	494
10.1.15.1.	Noções gerais .. ....	494
10.1.15.2.	Ônus da prova: espécies .. ....	495
10.1.15.3.	Ônus da prova quanto aos elementos do crime .. ....	496
10.2.	Exame de corpo de delito e outras perícias.....	501
10.2.1.	Conceito .. ....	501
10.2.2.	Características .. ....	502
10.2.3.	Classificações .. ....	502
10.2.4.	Perito .. ....	502
10.2.5.	Corpo do delito e exame de corpo de delito .. ....	503
10.2.6.	Exame de corpo de delito direto e indireto .. ....	505
10.2.7.	Procedimento probatório .. ....	506
10.2.8.	Valor probatório .. ....	509
10.2.9.	Da cadeia de custódia da prova .. ....	510
10.2.9.1.	Conceito e finalidade cadeia de custódia .. ....	510
10.2.9.2.	Das etapas da cadeia de custódia .. ....	512
10.2.9.3.	Das consequências da violação da cadeia de custódia.....	516
10.2.9.4.	Da cadeia de custódia da prova digital .. ....	520
10.3.	Interrogatório .. ....	524
10.3.1.	Natureza jurídica..	524
10.3.2.	Características .. ....	525
10.3.3.	Local do interrogatório .. ....	527
10.3.4.	Procedimento e conteúdo .. ....	527
10.3.5.	Valor probatório .. ....	528
10.4.	Confissão.....	528
10.4.1.	Conceito e elementos .. ....	528
10.4.2.	Natureza jurídica .. ....	529
10.4.3.	Classificações .. ....	530
10.4.4.	Características .. ....	530
10.4.5.	Valor probatório .. ....	531
10.5.	Delação ou chamamento do corréu.....	532
10.5.1.	Conceito .. ....	532
10.5.2.	Natureza jurídica .. ....	532
10.5.3.	Requisitos .. ....	533
10.5.4.	Valor probatório .. ....	534
10.5.5.	Da colaboração premiada .. ....	534
10.5.5.1.	O acordo de colaboração premiada .. ....	536
10.5.5.2.	A proposta de acordo de colaboração premiada e as tratativas do acordo .. ....	538

**32**    **PROCESSO PENAL**

10.5.5.3.	A retratação da proposta e a não celebração do acordo de colaboração .....	541
10.5.5.4.	O conteúdo do acordo .....	544
10.5.5.5.	A homologação judicial do acordo .....	546
10.5.5.6.	A produção da prova nos processos com colaboração premiada .....	557
10.5.5.7.	O valor probatório da colaboração premiada .....	558
10.6.	Declarções do ofendido .....	563
10.6.1.	Posição do ofendido no processo penal .....	563
10.6.2.	Diferenças entre o ofendido e as testemunhas .....	563
10.6.3.	Natureza jurídica .....	564
10.6.4.	Procedimento probatório .....	564
10.6.5.	Valor probatório .....	565
10.7.	Prova testemunhal .....	566
10.7.1.	Conceito .....	566
10.7.2.	Características .....	566
10.7.3.	Classificações .....	567
10.7.4.	Dever de depor, proibição de depor e dispensa de depor .....	568
10.7.5.	Lugar do depoimento .....	569
10.7.6.	Procedimento probatório .....	570
10.7.7.	Contradita .....	573
10.7.8.	Valor probatório da prova testemunhal .....	574
10.8.	Acareação .....	576
10.8.1.	Conceito e características .....	576
10.8.2.	Procedimento probatório .....	577
10.8.3.	Valor probatório .....	578
10.9.	Reconhecimento de pessoa ou coisa .....	579
10.9.1.	Conceito .....	579
10.9.2.	Procedimento .....	579
10.9.3.	Valor probatório .....	581
10.10.	Prova documental .....	583
10.10.1.	Conceito .....	583
10.10.2.	Características .....	583
10.10.3.	Espécies .....	584
10.10.4.	Documento eletrônico .....	584
10.10.5.	Procedimento probatório .....	586
10.10.6.	Valor probatório .....	587
10.11.	Indícios e presunções .....	588
10.11.1.	Conceito .....	588
10.11.2.	Raciocínio indicíario .....	589
10.11.3.	Valor probatório .....	589
10.11.4.	Indícios e presunções .....	590
10.11.5.	Espécies de presunções .....	590
10.11.6.	Presunções simples, presunções relativas e o ônus da prova .....	591
10.11.7.	Presunções absolutas .....	592
10.12.	Busca e apreensão .....	593
10.12.1.	Busca domiciliar .....	594
10.12.2.	Busca pessoal .....	597
10.12.3.	Procedimento da busca e apreensão .....	599
10.13.	Interceptação telefônica .....	602
10.13.1.	Questões terminológicas .....	602
10.13.2.	Disciplina constitucional .....	604
10.13.3.	Âmbito de aplicação da Lei 9.296/1996 .....	608

10.13.4.	Natureza jurídica da medida .....	610
10.13.5.	Requisitos para a interceptação telefônica .....	610
10.13.6.	Legitimados e momento .....	613
10.13.7.	Juiz e competência .....	614
10.13.8.	Procedimento probatório .....	616
10.13.9.	Valor probatório .....	622
10.14.	Interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos .....	625
10.14.1.	Conceito de captação de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos .....	625
10.14.2.	Natureza jurídica da medida .....	627
10.14.3.	Fundamento constitucional .....	627
10.14.4.	Espécies de Interceptações ambientais .....	631
10.14.5.	Requisitos para a interceptação ambiental .....	635
10.14.6.	Procedimento probatório .....	638

**Capítulo 11**  
**Sentença e coisa julgada**

11.1.	Sentença .....	645
11.1.1.	Conceito .....	645
11.1.2.	Classificação e denominações .....	646
11.1.3.	Requisitos da sentença .....	646
11.1.4.	Sentença absolutória .....	650
11.1.5.	Sentença condenatória .....	651
11.1.6.	Intimação da sentença .....	657
11.1.7.	Efeitos da sentença .....	658
11.2.	Correlação entre acusação e sentença .....	660
11.2.1.	Noções gerais .....	660
11.2.2.	<i>Emendatio libelli</i> (CPP, art. 383) .....	661
11.2.3.	<i>Mutatio libelli</i> (CPP, art. 384) .....	662
11.3.	Coisa julgada .....	670
11.3.1.	Noções gerais .....	670
11.3.2.	Coisa julgada formal .....	671
11.3.3.	Coisa julgada material .....	671
11.3.4.	Limites objetivos da coisa julgada .....	672
11.3.4.1.	Problemas específicos .....	674
11.3.5.	Limites subjetivos da coisa julgada .....	676
11.3.5.1.	Problemas específicos .....	676

**Capítulo 12**  
**Do processo**

12.1.	Natureza do processo .....	683
12.2.	Objeto do processo penal .....	689
12.2.1.	A irrelevância da lide penal .....	689
12.2.2.	A pretensão punitiva: pretensão material .....	698
12.2.3.	O objeto do processo como o conteúdo da imputação penal .....	702
12.3.	Dos chamados pressupostos processuais .....	706

**Capítulo 13**  
**Dos procedimentos: procedimento ordinário, sumário, sumaríssimo e procedimentos especiais**

13.1.	Noções preliminares .....	713
13.2.	Do procedimento comum ordinário .....	716

13.2.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa .....	716
13.2.2.	Recebimento da denúncia ou queixa, ou sua rejeição liminar.....	718
13.2.3.	Citação do acusado .....	720
13.2.4.	Resposta .....	720
13.2.5.	Absolvição sumária .....	725
13.2.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa .....	727
13.2.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento .....	729
13.2.7.1.	Declarações do ofendido .....	729
13.2.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa .....	730
13.2.7.3.	Esclarecimentos dos peritos .....	734
13.2.7.4.	Acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas.....	734
13.2.7.5.	Interrogatório .....	735
13.2.7.6.	Diligências complementares ..	737
13.2.7.7.	Alegações finais.....	738
13.2.7.8.	Sentença .....	741
13.3.	Procedimento sumário.....	744
13.3.1.	Aplicação do procedimento sumário .....	745
13.3.2.	O procedimento sumário (arts. 531 e 538) .....	745
13.4.	Do procedimento sumaríssimo nos juizados especiais criminais .....	747
13.4.1.	Noções preliminares .....	747
13.4.2.	Infração penal de menor potencial ofensivo .....	748
13.4.3.	Processo penal consensual.....	750
13.4.3.1.	Composição civil .....	750
13.4.3.2.	Representação do ofendido .....	751
13.4.3.3.	Transação penal.....	752
13.4.3.4.	Suspensão condicional do processo .....	758
13.4.4.	Procedimento .....	763
13.4.4.1.	Termo circunstaciado.....	765
13.4.4.2.	Audiência preliminar .....	765
13.4.4.3.	Audiência de instrução e julgamento .....	769
13.5.	Do procedimento dos crimes dolosos contra a vida: o Tribunal do Júri .....	773
13.5.1.	Noções preliminares .....	773
13.5.2.	Características constitucionais do júri brasileiro.....	775
13.5.2.1.	Plenitude de defesa .....	775
13.5.2.2.	Sigilo das votações .....	776
13.5.2.3.	Soberania dos veredictos .....	777
13.5.2.4.	Competência para julgar os crimes dolosos contra a vida.....	778
13.5.3.	Procedimento no juízo de acusação .....	781
13.5.3.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	781
13.5.3.2.	Juízo de admissibilidade da acusação.....	781
13.5.3.3.	Citação do acusado .....	782
13.5.3.4.	Resposta .....	782
13.5.3.5.	Réplica .....	782
13.5.3.6.	Absolvição sumária do art. 397 .....	783
13.5.3.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento .....	784
13.5.3.7.1.	Declarações do ofendido .....	784
13.5.3.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa .....	785
13.5.3.7.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhe- cimento de pessoas ou coisas.....	786

13.5.3.7.4.	Interrogatório.....	786
13.5.3.7.5.	Alegações finais.....	786
13.5.4.	Pronúncia .....	788
13.5.5.	Impronúncia.....	792
13.5.6.	Absolvição sumária .....	793
13.5.7.	Desclassificação.....	797
13.5.8.	Juízo da causa – Noções preliminares .....	799
13.5.9.	Requerimento de diligências da acusação e da defesa .....	800
13.5.10.	Preparação do processo .....	801
13.5.11.	Desaforamento .....	801
13.5.12.	Aceleração do julgamento .....	806
13.5.13.	●Ordem dos julgamentos.....	806
13.5.14.	A função dos jurados e a organização do júri .....	807
13.5.15.	Formação e convocação do júri .....	811
13.5.16.	Do julgamento pelo júri.....	811
13.5.16.1.	Verificação da presença das partes e testemunhas .....	811
13.5.16.2.	Verificação da urna, chamada dos jurados e instalação.....	814
13.5.16.3.	Pregão e adiamentos.....	815
13.5.16.4.	Impedimentos, suspeições e incomunicabilidade dos jurados ....	815
13.5.16.5.	Verificação das cédulas, sorteio dos jurados e recusas .....	818
13.5.16.6.	Compromisso dos jurados .....	820
13.5.16.7.	●Itiva da vítima e das testemunhas .....	820
13.5.16.8.	Acareações, reconhecimentos de pessoas ou coisas e esclarecimentos dos peritos .....	821
13.5.16.9.	Leitura de peças .....	822
13.5.16.10.	Interrogatório do acusado .....	825
13.5.16.11.	Uso de algemas....	825
13.5.16.12.	Debates orais.....	827
13.5.16.13.	Vedaçāo de utilização de argumentos.....	830
13.5.16.14.	Juntada de documentos.....	833
13.5.16.15.	Conclusão dos debates e esclarecimentos aos jurados .....	835
13.5.16.16.	Provas essenciais e dissolução do conselho de sentença .....	835
13.5.16.17.	Leitura dos quesitos .....	835
13.5.16.18.	Sala secreta .....	836
13.5.16.19.	Quesitos.....	836
13.5.16.20.	Votação dos quesitos.....	842
13.5.16.21.	Sentença .....	844
13.5.16.22.	Desclassificação pelo conselho de sentença .....	846
13.5.16.23.	Leitura da sentença .....	849
13.6.	Procedimento dos crimes falimentares .....	849
13.6.1.	Noções	849
13.6.2.	Extinção do inquérito judicial .....	850
13.6.3.	Ação penal subsidiária .....	851
13.6.4.	Sentença declaratória da falência .....	852
13.6.5.	Recebimento da denúncia.....	852
13.6.6.	Competência do juiz criminal .....	852
13.7.	Do procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos.....	853
13.7.1.	Reflexos da Lei 11.719/2008 no procedimento especial.....	853
13.7.2.	Cabimento do procedimento .....	854
13.7.3.	Competência e foro por prerrogativa de função.....	856

## 36 PROCESSO PENAL

13.7.4.	Denúncia.....	856
13.7.5.	Resposta escrita .....	857
13.7.6.	Recebimento da denúncia.....	860
13.7.7.	Rejeição da denúncia.....	861
13.8.	Procedimento dos crimes contra a honra .....	861
13.8.1.	Noções	861
13.8.2.	Cabimento.....	863
13.8.3.	Audiência de reconciliação.....	864
13.8.4.	Exceção da verdade .....	866
13.8.5.	Exceção da notoriedade do fato .....	869
13.8.6.	Pedido de explicações.....	870
13.9.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial .....	872
13.9.1.	Noções gerais.....	872
13.9.2.	Procedimento para os crimes de ação penal de iniciativa privada .....	874
13.9.2.1.	O exame pericial .....	874
13.9.2.2.	Ação penal .....	878
13.9.3.	Procedimento especial nos crimes de ação penal pública.....	881
13.9.4.	Procedimento na Lei da Propriedade Industrial.....	884
13.10.	Do procedimento especial dos crimes de drogas .....	886
13.10.1.	Noções gerais .....	886
13.10.2.	Procedimento de drogas e as mudanças do CPP pela Lei 11.719/2008.....	887
13.10.3.	Procedimento aplicável no caso de concurso de crimes .....	888
13.10.4.	Inquérito policial.....	889
13.10.5.	Oferecimento da denúncia.....	891
13.10.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia.....	893
13.10.7.	Notificação .....	893
13.10.8.	Resposta .....	894
13.10.9.	Diligências.....	895
13.10.10.	Juízo de admissibilidade da acusação .....	896
13.10.11.	Possibilidade de absolvição sumária .....	899
13.10.12.	Audiência de instrução e julgamento.....	899

### Capítulo 14 Nulidade dos atos processuais

14.1.	Noções	911
14.2.	Atos inexistentes.....	913
14.3.	Nulidades absolutas.....	917
14.4.	Nulidades relativas .....	917
14.5.	Princípios relativos às nulidades.....	918
14.5.1.	Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas.....	918
14.5.2.	Princípio da causalidade .....	920
14.5.3.	Princípio do interesse .....	921
14.6.	Nulidades combinadas no CPP .....	922
14.7.	Convalidação dos atos processuais .....	931
14.8.	Meios para alegar as nulidades.....	934

### Capítulo 15 Recursos

15.1.	Teoria geral dos recursos.....	939
15.1.1.	Fundamento do direito ao recurso .....	939

15.1.2.	<b>Conceito e classificações .....</b>	940
15.1.3.	<b>Princípios relativos aos recursos.....</b>	941
15.1.3.1.	<b>Taxatividade.....</b>	941
15.1.3.2.	<b>Unirrecorribilidade das decisões .....</b>	942
15.1.3.3.	<b>Fungibilidade recursal .....</b>	942
15.1.3.4.	<b>Dialecticidade .....</b>	946
15.1.3.5.	<b>Disponibilidade.....</b>	947
15.1.3.6.	<b>Irrecorribilidade das decisões interlocutórias .....</b>	948
15.1.3.7.	<b>Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i> .....</b>	948
15.1.4.	<b>Efeitos dos recursos.....</b>	952
15.1.4.1.	<b>Efeito devolutivo.....</b>	952
15.1.4.2.	<b>Efeito suspensivo .....</b>	953
15.1.4.3.	<b>Efeito regressivo ou iterativo.....</b>	956
15.1.4.4.	<b>Efeito extensivo .....</b>	956
15.1.5.	<b>Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....</b>	957
15.1.5.1.	<b>Juízo de admissibilidade.....</b>	957
15.1.5.2.	<b>Juízo de mérito.....</b>	959
15.1.6.	<b>Requisitos de admissibilidade.....</b>	960
15.1.6.1.	<b>Cabimento .....</b>	960
15.1.6.2.	<b>Tempestividade .....</b>	961
15.1.6.3.	<b>Regularidade formal .....</b>	964
15.1.6.4.	<b>Ausência de fato impeditivo ou extintivo .....</b>	965
15.1.6.4.1.	<b>Fatos impeditivos .....</b>	966
15.1.6.4.2.	<b>Fatos extintivos .....</b>	969
15.1.6.5.	<b>Legitimidade .....</b>	971
15.1.6.6.	<b>Interesse .....</b>	975
<b>15.2. Apelação .....</b>		977
15.2.1.	<b>Noções gerais.....</b>	977
15.2.2.	<b>Requisitos de admissibilidade .....</b>	977
15.2.2.1.	<b>Cabimento – CPP, art. 593.....</b>	977
15.2.2.2.	<b>Tempestividade .....</b>	981
15.2.2.3.	<b>Regularidade formal .....</b>	983
15.2.2.4.	<b>Ausência de fato impeditivo ou extintivo .....</b>	984
15.2.2.5.	<b>Legitimidade .....</b>	985
15.2.2.6.	<b>Interesse .....</b>	986
15.2.3.	<b>Procedimento .....</b>	986
15.2.4.	<b>Efeitos da apelação .....</b>	987
<b>15.3. Recurso em sentido estrito .....</b>		991
15.3.1.	<b>Noções gerais.....</b>	991
15.3.2.	<b>Requisitos de admissibilidade .....</b>	992
15.3.2.1.	<b>Cabimento – CPP, art. 581.....</b>	992
15.3.2.2.	<b>Tempestividade .....</b>	999
15.3.2.3.	<b>Regularidade formal .....</b>	1000
15.3.2.4.	<b>Ausência de fato impeditivo ou extintivo .....</b>	1001
15.3.2.5.	<b>Legitimidade .....</b>	1001
15.3.2.6.	<b>Interesse .....</b>	1002
15.3.3.	<b>Procedimento .....</b>	1002
15.3.4.	<b>Efeitos do recurso em sentido estrito .....</b>	1003
<b>15.4. Embargos de declaração.....</b>		1004
15.4.1.	<b>Noções gerais.....</b>	1004

15.4.2.	Requisitos de admissibilidade .....	1005
15.4.2.1.	Cabimento .....	1005
15.4.2.2.	Tempestividade .....	1008
15.4.2.3.	Regularidade formal .....	1008
15.4.2.4.	Legitimidade e interesse .....	1008
15.4.3.	Procedimento .....	1009
15.4.4.	Efeitos dos embargos de declaração .....	1010
15.4.5.	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos .....	1011
15.4.6.	Julgamento dos embargos de declaração .....	1013
15.5.	Embargos infringentes e de nulidades .....	1014
15.5.1.	Noções gerais .....	1014
15.5.2.	Requisitos de admissibilidade .....	1015
15.5.2.1.	Cabimento (CPP, art. 609, parágrafo único) .....	1015
15.5.2.2.	Tempestividade .....	1016
15.5.2.3.	Regularidade formal .....	1018
15.5.2.4.	Legitimidade e interesse .....	1018
15.5.3.	Procedimento .....	1018
15.5.4.	Efeitos dos embargos infringentes .....	1019
15.6.	Carta testemunhável .....	1021
15.6.1.	Noções .....	1021
15.6.2.	Requisitos de admissibilidade .....	1021
15.6.2.1.	Cabimento .....	1021
15.6.2.2.	Tempestividade .....	1023
15.6.2.3.	Legitimidade .....	1023
15.6.3.	Procedimento .....	1023
15.6.4.	Efeitos da carta testemunhável .....	1025
15.7.	Correição .....	1026
15.7.1.	Noções .....	1026
15.7.2.	Requisitos de admissibilidade .....	1027
15.7.2.1.	Cabimento .....	1027
15.7.2.2.	Tempestividade .....	1030
15.7.2.3.	Legitimidade .....	1030
15.7.3.	Procedimento .....	1031
15.7.4.	Efeitos da correição parcial .....	1032
15.8.	Recursos especial e extraordinário .....	1032
15.8.1.	Noções gerais .....	1032
15.8.2.	Pressupostos de admissibilidade dos recursos .....	1034
15.8.2.1.	Cabimento .....	1034
15.8.2.1.1.	Questões comuns .....	1034
15.8.2.1.2.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário .....	1038
15.8.2.1.3.	Hipóteses de cabimento do recurso especial .....	1047
15.8.2.2.	Tempestividade .....	1049
15.8.2.3.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo .....	1050
15.8.2.4.	Legitimidade .....	1051
15.8.2.5.	Interesse .....	1051
15.8.3.	Procedimento .....	1052
15.8.4.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos .....	1054
15.8.5.	Recurso extraordinário e especial representativos da controvérsia em matéria penal .....	1063
15.8.6.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário .....	1068

<b>15.9.</b> Agravo contra decisão denegatória de recursos especial e extraordinário .....	1070
15.9.1. Noções .....	1070
15.9.2. ●agravo no novo Código de Processo Civil .....	1071
15.9.3. Requisitos de admissibilidade .....	1071
15.9.3.1. Cabimento .....	1071
15.9.3.2. Tempestividade .....	1072
15.9.4. Procedimento .....	1072
15.9.5. Efeitos do agravo .....	1073
<b>15.10.</b> Embargos de Divergência.....	1075
15.10.1. Noções gerais.....	1075
15.10.2. Requisitos de admissibilidade.....	1075
15.10.2.1. Cabimento .....	1075
15.10.2.1.1. Características do acórdão embargado .....	1076
15.10.2.1.2. Características do acórdão paradigma .....	1077
15.10.2.2. Tempestividade .....	1078
15.10.2.3. Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência ...	1079
15.10.2.4. Ausência de fato impeditivo .....	1081
15.10.2.5. Legitimidade e interesse .....	1081
15.10.3. Procedimento .....	1083
15.10.3.1. Embargos de Divergência no STF.....	1083
15.10.3.2. Embargos de Divergência no STJ.....	1083
15.10.4. Efeitos dos Embargos de Divergência .....	1084
<b>15.11.</b> Agravo em execução .....	1086
15.11.1. Noções .....	1086
15.11.2. Requisitos de admissibilidade.....	1086
15.11.2.1. Cabimento .....	1086
15.11.2.2. Tempestividade .....	1086
15.11.2.3. Legitimidade e interesse .....	1086
15.11.3. Procedimento .....	1087
15.11.4. Efeitos do agravo em execução .....	1088

**Capítulo 16**  
*Habeas corpus*

<b>16.1.</b> Natureza jurídica .....	1091
<b>16.2.</b> Notícias históricas .....	1091
<b>16.3.</b> Tutela jurisdicional .....	1092
<b>16.4.</b> Condições da ação .....	1093
16.4.1. Interesse de agir: não cabimento por vedação legal.....	1093
16.4.2. Interesse de agir: adequação e necessidade .....	1094
16.4.3. Legitimidade .....	1098
16.4.3.1. Legitimados ativos .....	1098
16.4.3.2. Legitimidade passiva .....	1100
<b>16.5.</b> Pressupostos processuais.....	1101
<b>16.6.</b> Competência .....	1104
<b>16.7.</b> Procedimento .....	1105
<b>16.8.</b> Ônus da prova .....	1108
<b>16.9.</b> Recurso ordinário em <i>habeas corpus</i> .....	1111
16.9.1. Requisitos de admissibilidade .....	1111
16.9.1.1. Cabimento .....	1111
16.9.1.2. Legitimidade recursal.....	1113

**40** PROCESSO PENAL

16.9.1.3.	Interesse recursal .....	1115
16.9.1.4.	Ausência de fato impeditivo .....	1115
16.9.1.5.	Tempestividade .....	1115
16.9.2.	Procedimento .....	1116
16.9.3.	Efeitos do recurso ordinário em <i>habeas corpus</i> .....	1116

**Capítulo 17**  
**Revisão criminal**

17.1.	Noções gerais.....	1121
17.2.	Condições da ação .....	1123
17.2.1.	Interesse de agir: hipótese de cabimento prevista em lei .....	1123
17.2.2.	Interesse de agir: necessidade e adequação .....	1130
17.2.3.	Legitimidade .....	1130
17.3.	Pressupostos processuais.....	1131
17.4.	Procedimento .....	1133
17.5.	Ónus da prova.....	1134
17.6.	Efeitos da sentença absolutória .....	1134
17.7.	Coisa julgada .....	1135
17.8.	Indenização pelo erro judiciário .....	1136

**Capítulo 18**  
**Medidas cautelares**

18.1.	Teoria geral da tutela cautelar processual penal .....	1141
18.1.1.	Espécies de medidas cautelares.....	1141
18.1.2.	Características das tutelas cautelares .....	1142
18.1.2.1.	Instrumentalidade hipotética .....	1142
18.1.2.2.	Acessoriedade .....	1143
18.1.2.3.	Preventividade .....	1143
18.1.2.4.	Provisoriedade .....	1144
18.1.2.5.	Cognição sumária .....	1145
18.1.2.6.	Referibilidade.....	1148
18.1.2.7.	Proporcionalidade.....	1148
18.1.3.	Legalidade das medidas cautelares penais.....	1149
18.1.4.	Processo cautelar e medidas cautelares penais .....	1151
18.1.5.	Tutela cautelar e a impossibilidade de antecipação de tutela no processo penal .....	1152
18.2.	Medidas cautelares pessoais .....	1156
18.2.1.	Características das medidas cautelares pessoais .....	1157
18.2.1.1.	Necessidade e adequação das medidas cautelares.....	1157
18.2.1.2.	A proporcionalidade da prisão preventiva: pena provável a ser aplicada.....	1160
18.2.1.3.	Contradictoriedade.....	1164
18.2.1.4.	Excepcionalidade da prisão preventiva .....	1164
18.2.1.5.	Cumulatividade .....	1165
18.2.2.	Prisão em flagrante .....	1166
18.2.2.1.	Conceito e finalidade .....	1166
18.2.2.2.	Classificação .....	1166
18.2.2.3.	Situação de flagrante .....	1166
18.2.2.4.	Situações especiais.....	1167
18.2.2.5.	Formalidades do auto de prisão em flagrante delito .....	1170

18.2.2.6.	Infração cometida na presença de autoridade ou contraautoridade .....	1173
18.2.2.7.	Comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial....	1174
18.2.3.	Prisão preventiva.....	1176
18.2.3.1.	Momento para decretação .....	1177
18.2.3.2.	Legitimidade para requerer a prisão .....	1178
18.2.3.3.	Legitimidade para decretar a prisão.....	1179
18.2.3.4.	Pressupostos positivos para a decretação da prisão preventiva....	1179
18.2.3.5.	Pressupostos negativos para a decretação da prisão preventiva ...	1180
18.2.3.6.	Requisitos positivos da prisão preventiva.....	1182
18.2.3.6.1.	Garantia da ordem pública .....	1184
18.2.3.6.2.	Garantia da ordem econômica.....	1187
18.2.3.6.3.	Conveniência da instrução criminal.....	1189
18.2.3.6.4.	Assegurar a aplicação da lei penal.....	1190
18.2.3.6.5.	<i>O periculum libertatis</i> subsidiário: o descumprimento de medida cautelar alternativa à prisão.....	1191
18.2.3.7.	Hipóteses de cabimento da decretação da prisão preventiva.....	1193
18.2.3.7.1.	18.2.3.7.1. A proporcionalidade com a pena provável a ser aplicada.....	1195
18.2.3.8.	Necessidade de fundamentação .....	1196
18.2.3.9.	Prisão domiciliar.....	1199
18.2.3.10.	Revogação da prisão preventiva e sua revisão periódica .....	1202
18.2.4.	Prisão temporária .....	1205
18.2.4.1.	Hipóteses de cabimento .....	1205
18.2.4.2.	Momentos para a decretação da prisão temporária.....	1207
18.2.4.3.	Legitimados para requerer a prisão temporária .....	1207
18.2.4.4.	Prazo e término da prisão temporária.....	1207
18.2.4.5.	Fundamentação da decretação da prisão temporária.....	1208
18.2.5.	Audiência de custódia .....	1209
18.2.5.1.	Da denominação: audiência de custódia .....	1209
18.2.5.2.	A garantia do art. 7.5 da CADH .....	1209
18.2.5.3.	Do conteúdo do direito da pessoa presa ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz .....	1211
18.2.5.4.	Da natureza autoaplicável da norma do art. 7.5 da CADH .....	1217
18.2.5.5.	Da consequência da inobservância da audiência de custódia .....	1218
18.2.5.6.	Do procedimento da audiência de custódia .....	1219
18.2.6.	Medidas cautelares alternativas à prisão .....	1223
18.2.6.1.	Medidas alternativas à prisão preventiva.....	1223
18.2.6.2.	Natureza: as medidas alternativas à prisão são medidas cautelares? .....	1224
18.2.6.3.	Pressuposto, requisitos e hipóteses de cabimento das medidas alternativas à prisão.....	1226
18.2.6.4.	Características: preferibilidade e cumulatividade.....	1228
18.2.6.5.	Variabilidade das medidas cautelares alternativas à prisão .....	1230
18.2.6.6.	Taxatividade das medidas alternativas à prisão ou poder geral de cautela? .....	1232
18.2.6.7.	Medidas em espécie.....	1234
18.2.6.7.1.	Comparecimento periódico a juízo .....	1234
18.2.6.7.2.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.....	1236
18.2.6.7.3.	Proibição de contato com pessoa determinada .....	1238

18.2.6.7.4.	Proibição de ausentar-se da comarca .....	1240
18.2.6.7.5.	Recolhimento domiciliar noturno.....	1241
18.2.6.7.6.	Suspensão de função pública ou atividade econômica ou financeira .....	1243
18.2.6.7.7.	Internação provisória do acusado inimputável ou semi-imputável .....	1248
18.2.6.7.8.	Fiança .....	1251
	18.2.6.7.8.1. Cabimento e os crimes inafiançáveis...	1252
	18.2.6.7.8.2. Cabimento e hipóteses de inafiançabilidade .....	1255
	18.2.6.7.8.3. Legitimidade para conceder a fiança ...	1256
	18.2.6.7.8.4. Valor da fiança.....	1257
	18.2.6.7.8.5. Destino dos bens dados em fiança ...	1258
	18.2.6.7.8.6. Vicissitudes da fiança: cassação, reforço, quebra e perda .....	1261
	18.2.6.7.9. Monitoração eletrônica .....	1264
	18.2.6.7.10. Proibição de ausentar-se do país.....	1266
18.2.7.	Liberdade provisória .....	1267
	18.2.7.1 Noções gerais .....	1267
	18.2.7.2. Natureza jurídica .....	1267
	18.2.7.3. Vedação da liberdade provisória .....	1268
	18.2.7.4. Classificação .....	1269
	18.2.7.5. Momento .....	1270
	18.2.7.6. Concessão da liberdade provisória .....	1270
	18.2.7.7. Liberdade provisória no caso de excludente de ilicitude .....	1270
	18.2.7.8. Liberdade provisória no caso do acusado “pobre” .....	1272
	18.2.7.9. Liberdade provisória mediante fiança .....	1273
18.3.	Medidas cautelares patrimoniais.....	1273
18.3.1.	Sequestro .....	1274
	18.3.1.1. Sequestro de bens imóveis.....	1276
	18.3.1.1.1. Objeto .....	1276
	18.3.1.1.2. Requisito .....	1277
	18.3.1.1.3. Legitimados .....	1277
	18.3.1.1.4. Momento .....	1278
	18.3.1.1.5. Finalidade .....	1278
	18.3.1.1.6. Levantamento .....	1279
	18.3.1.1.7. Influência do resultado do processo condenatório....	1280
	18.3.1.2. Sequestro de bens móveis.....	1281
	18.3.1.3. Meios de defesa contra o sequestro de bens .....	1281
	18.3.1.4. Sequestro subsidiário do art. 91, § 2º, do Código Penal .....	1287
	18.3.1.5. Sequestro do Decreto-lei 3.240/1941: divergência sobre sua revogação .....	1290
18.3.2.	Especialização e registro da hipoteca legal .....	1292
	18.3.2.1. Objeto .....	1293
	18.3.2.2. Requisito .....	1293
	18.3.2.3. Legitimados .....	1293
	18.3.2.4. Momento .....	1294
	18.3.2.5. Procedimento.....	1295
	18.3.2.6. Finalidade .....	1296
18.3.3.	Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal.....	1297

18.3.4.	Arresto subsidiário de bens móveis.....	1298
18.3.5.	Da alienação antecipada .....	1300
18.3.5.1.	Finalidade e hipótese de cabimento .....	1300
18.3.5.2.	Procedimento.....	1301
18.3.6.	Da utilização dos bens constritos .....	1305
18.3.6.1.	Finalidade e hipótese de cabimento .....	1305
18.3.6.2.	Procedimento.....	1306
	<b>Referências bibliográficas ... .....</b>	<b>1313</b>